

13 NOV 1987

O ESTADO DE S. PAULO — Sexta-fei

JORNAL DA TARDE



Prestes: anistiado?

## A anistia, perturbando os militares.

A votação da Comissão de Sistematização, no domingo, não colocará apenas o presidente Sarney em estado de alerta devido à propagada redução de seu mandato. Também as Forças Armadas encontram-se atentas para a solução a ser dada na Constituinte ao problema da anistia, atualmente abrangendo até mesmo os militares que participaram da **Intentoba**, em 1935, como o ex-capitão Luiz Carlos Prestes.

Além de trabalharem para reverter este quadro, Exército, Marinha e Aeronáutica têm outras propostas de mudança em alguns artigos já aprovados na Comissão de Sistematização. São dois, basicamente: pena de morte e o problema da reciprocidade.

No que diz respeito à pena de morte — capítulo dos direitos individuais e coletivos — a Comissão de Sistematização, aprovando o texto do projeto Cabral, teria ferido os preceitos contidos na Convenção de Genebra, segundo alegam militares que vêm acompanhando as votações da Constituinte.

Isso porque, em caso de guerra externa, diz a atual Constituição, prisioneiros classificados como espões ou traidores encontram-se passíveis de serem eliminados pelas armas. Esse — dizem os militares — é um tratamento de exceção dado por qualquer país beligerante ao inimigo. Por que o Brasil, então, daria tratamento diferenciado aos traidores, poupando-os da pena de morte?

Outro artigo polêmico trata da competência da União para "permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem em território nacional ou nele permaneçam temporariamente, desde que comandadas por brasileiro".

Classificando tal emenda de "maluca", um oficial observou que, se aprovada, navios e aviões brasileiros vão correr o risco da reciprocidade, sofrendo o mesmo tipo de tratamento por parte dos outros países.

Exceção feita a esses tópicos, as Forças Armadas mostram-se satisfeitas com os resultados da Constituinte. Mesmo o parlamentarismo, uma fórmula rejeitada, em princípio, pelas Forças Armadas, está sendo encarado com naturalidade: os militares acham que a fórmula não será aprovada no plenário.